
ANÁLISES E EMBATES MARXISTAS DA/NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**ANÁLISIS Y EMBATES MARXISTAS DE LA/EN LA PRODUCCIÓN DEL
CONOCIMIENTO****ANALYZES AND MARXIST EMBATES OF/IN THE PRODUCTION OF
KNOWLEDGE**Gaudêncio Frigotto¹²

Por: Régis Henrique dos Reis Silva; Michele Silva Sacardo e Maria de Fátima Rodrigues Pereira.

Vivemos tempos difíceis no cenário político-social brasileiro, recentemente uma série de ataques vem sendo realizados contra a classe trabalhadora em todos os âmbitos, social, político, econômico e cultural. Nesse ambiente de ofensiva conservadora no Brasil e no Mundo, frequentemente a teoria marxiana e marxista é objeto de crítica das diferentes matrizes teórico-filosóficas no âmbito das lutas das ideias. Nesse sentido, conhecendo as produções e o compromisso político do professor Gaudêncio Frigotto não hesitamos em convidá-lo para discutir conosco sobre as análises e os embates marxistas da/na produção do conhecimento.

G.: Professor Gaudêncio Frigotto, fale-nos sobre sua trajetória profissional.

F. Comecei minha vida profissional na atual UNIJUI-RS. Fui professor por 15 anos no Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE) na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Ingressei na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, inicialmente como professor visitante para, posteriormente, prestar concurso como professor Titular permanecendo até me aposentar. Atualmente sou professor Associado concursado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desde 1978 sempre atuei na graduação e na pós-graduação.

G.: *Qual lugar ocupam as análises da produção do conhecimento em um contexto de educação brasileira induzida pelo produtivismo e pragmatismo acadêmico? Qual a relevância dessas análises?*

F.: Vivemos num contexto histórico ultraindividualista regido pela ideologia do mercado e apoiado pela manipulação da opinião pública e pelo monopólio de alguns grupos empresariais no campo da comunicação. O campo educacional de esfera dos direitos sociais e subjetivos transformou-se num serviço cada vez mais mercantil e as noções ideológicas que produzem uma subjetivação mercantil têm como matriz básica a tese de que a educação é um capital humano e, como tal, orientada pelo produtivismo e pelo pragmatismo do mercado.

O golpe de Estado de agosto de 2016 exacerba este ideário. A PEC 241, originariamente 55, que alterou a Constituição e congela por vinte anos o investimento na esfera pública, está nos dizendo que agora o que vingar-se em todos os campos é a lei férrea do mercado. A reforma da previdência e trabalhista aprofunda esta lógica. No campo da educação a contrarreforma do ensino médio é expressão cabal do pragmatismo.

Por traz destas medidas está a concepção ontológica de que o que move o comportamento humano é o interesse egoísta próprio e é ele que move a competição e a prosperidade. Isto redundando numa concepção epistemológica que orienta a produção do conhecimento que parte dos fatos e dos fenômenos como soma de fatores descolados das relações sociais que os produzem. A sociedade, nesta visão, é um conglomerado de indivíduos cada um responsável por seu destino. Não há classes sociais e nem relações de poder assimétricas. Na formação acadêmica buscam-se referenciais que desvelem o que escondem os referenciais funcionalistas e pragmáticos que estão na base do produtivismo.

G.: *A partir da teoria do conhecimento denominada de materialismo histórico e dialético, o que seria uma análise marxista da produção do conhecimento? Quais os elementos fundamentais da produção do conhecimento a referida matriz consideraria? Como ela se desenvolve?*

F.: A produção do conhecimento dentro da concepção do materialismo histórico e dialético tem na historicidade do real, em todas as esferas, seu ponto de partida. *Nós conhecemos somente uma ciência singular, a ciência da história. Pode-se encarar a história de dois ângulos e dividi-la em história da natureza e em história dos homens. Os dois ângulos, entretanto, são inseparáveis* (MARX; ENGELS, *apud*, FERNANDES, Florestan. *Marx & Engels. História*. São Paulo: Ática, 1989, p. 31).

O que difere são os métodos e as técnicas de abordar o mundo da natureza e o mundo dos seres humanos, contudo somos natureza humanizada e humanidade natureza. Vale dizer, não

há seres humanos fora da história e, ao agirmos sobre a natureza, a produzimos historicamente.

Portanto, o materialismo histórico e dialético parte de uma concepção ontológica histórica do ser humano. O ser humano é sempre síntese das relações sociais em que vive, ou seja, nossa individualidade é socialmente produzida. Karel Kosik nos dá uma síntese do que envolve uma análise materialista do ser social quando indica que *na produção e na reprodução de si mesmo os seres humanos produzem*:

a) os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho;
b) as relações e as instituições, o complexo das condições sociais;
c) e sobre a base disto, as ideias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos correspondentes. Sem o sujeito, estes produtos sociais do homem ficam privados de sentido, quanto o sujeito sem os pressupostos materiais é uma miragem vazia. A essência do homem é a unidade de objetividade e subjetividade (KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1986, p.113).

Assim, a análise materialista histórica e dialética, diferente de diversas das análises idealistas que dão autonomia ao pensamento tirando-lhe a base material no processo de conhecimento e das análises empiristas que reduzem o real ao fenômeno, busca desvelar o que está subjacente aos fatos e fenômenos. Assim, a questão central não é o que é o ser humano, mas o que produz o ser humano. Do mesmo modo, diferente de ver a violência como algo natural centrada em determinados indivíduos, a questão é, qual a materialidade de relações sociais, de determinações que produzem indivíduos violentos? Por eixos, o materialismo histórico e dialético entende sempre a parte como expressão de uma determinada totalidade. Totalidade que não é tudo e que não é fechada. A parte explica-se pelas conexões e pelas mediações que a constitui. Por outro lado, o materialismo histórico não trabalha com antinomias do X ou Y, do sim ou não, mas sempre no plano da contradição onde X e Y estão numa mesma processualidade histórica.

O conhecimento sempre parte de um fenômeno ou fato empírico, mas no plano do conhecimento, o real não se confunde com o fenômeno. Trata-se de, mediados pelo pensamento e mediante categorias de análise, ascender do empírico ponto de partida ao conhecimento do objeto que buscamos conhecer. Por isso o conhecimento é sempre resultado da análise de mediações e conexões que o constitui e, como tal, sempre síntese de múltiplas determinações. Se o conhecimento do real fosse evidente não haveria a necessidade da pesquisa.

G.: *No campo educacional, o debate sobre as concepções do giro linguístico e da agenda pós-moderna tem revelado os ideais conservadores das suas elaborações teóricas, pois*

favorecerem as questões culturais de base subjetivista, imediatista e local, em detrimento das questões ontológicas e, principalmente, da possibilidade de apreensão da realidade. Quais elementos fundamentais do materialismo histórico e dialético permitem enfrentar este debate?

F.: Como nos indica Fredric Jameson, a questão fundamental não é ser contra ou a favor das posturas pós-modernas e das concepções subjetivistas. O fundamental é entender o que as produz. O que ambas têm em comum é a negação da historicidade e como tal da precedência do ontológico sobre o epistemológico. Não há subjetividade sem uma materialidade (não confundir com coisa) sobre a qual a mesma se produz. Uma vez subjetivada uma determinada ideologia ela faz parte da materialidade. Por isso é que Marx na Introdução à crítica da filosofia do direito em Hegel afirma que não é a religião que faz o homem, mas um determinado ser humano faz uma determinada religião. E ali onde existe um pobre ser humano (que se lhes negou o conjunto de bens materiais, científicos e culturais que a humanidade produziu) tem uma pobre religião. Esta, por sua vez, uma vez assumida reforça todas as formas de alienação a que foi submetido. Nada mais atual para entender os fundamentalismos religiosos atuais. As posturas pós-modernas, mesmo aquelas que fazem a crítica ao capitalismo, não o fazem na perspectiva de sua superação por negarem as relações de classe e a materialidade histórica que as produzem.

Os elementos de enfrentamento que o materialismo histórico e dialético nos fornece são os de demonstrar que, qualquer que seja o método de conhecimento, de forma explícita ou implícita, possui uma determinada concepção de natureza humana e de sociedade e, de acordo com esta concepção, são orientadas suas posturas epistemológicas e seu sentido de sua ação prática. Aqui, uma vez mais, Karel Kosik nos dá os elementos para demonstrar aquilo que Fredric Jameson sublinha ao dizer que o materialismo histórico não é a única concepção que faz crítica ao capitalismo, mas é a única que o faz na perspectiva de sua superação.

Kosik explicita isto mediante a tese do monismo materialista em contraposição às visões do pluralismo metodológico ou das visões idealistas, positivistas, subjetivistas e, hoje, às visões pós-modernas.

O monismo materialista, que concebe a realidade como complexo construído e formado pela estrutura econômica, e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção e no relacionamento com os meios de produção, pode constituir a base de uma coerente teoria das classes e ser o critério objetivo para a distinção entre mutações estruturais – que modificam o caráter da ordem social – e mutações derivadas, secundárias, que modificam a ordem social, sem, porém, mudar essencialmente seu caráter (KOSIK op cit, p.105).

Temos aqui uma dupla chave de entendimento de como o ser social se produz historicamente. De acordo como os seres humanos definem as relações sociais que lhes facultam a sua reprodução material como seres da natureza – comer, beber, vestir, ter um teto – podemos entender o caráter desta sociedade – escravocrata, feudal, capitalista ou socialista. Até o presente a humanidade viveu sob a violência da estrutura de classes sociais onde os grupos dominantes buscaram estatuir formas de estado, instituições e teorias ou ideologias que lhes facultem manter sua dominação e seus privilégios.

O materialismo histórico e dialético busca desvelar a natureza da luta de classes em momentos históricos específicos na particularidade de diferentes formações sociais e distinguir as mudanças que reproduzem a estrutura de classe daquelas que concorrem para sua superação. Portanto, nos fornece a direção da luta política na busca de superação das relações sociais capitalistas.

G.: O momento atual que vivemos no Brasil é de ruptura democrática. Diante desse cenário, quais são os principais desafios da educação e os movimentos necessários para a crítica social e a crítica ideológica da direita nacional, a partir da produção do conhecimento social e educacional?

F.: Um olhar sobre nossa história à luz de autores como Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Francisco de Oliveira, entre outros que nos ajudam entender de onde viemos, o que somos e os desafios do presente e futuro, nos indica que aqui se conformou uma classe dominante de DNA colonizador e escravocrata. Diferente das revoluções burguesas clássicas que buscaram construir nações autônomas, a nossa burguesia é anti-nação, anti-povo, anti-direitos universais da educação, da saúde, da habitação, da cultura, etc.

Não por acaso fomos a última nação ocidental a abolir a escravidão que durou quase quatro séculos. Seus efeitos perduram até hoje, pois como nos mostram Florestan Fernandes e Otavio Ianni ao analisarem a situação do negro no Brasil é de que à desigualdade de classe se sobrepõe a desigualdade do fato de ser negro.

A manutenção de uma das sociedades mais desiguais e violentas do mundo (violência especialmente contra os pobres e pobres negros) efetiva-se mediante ditaduras e golpes toda vez que há a possibilidade de mudanças que alargam a inclusão de setores populares em direitos universais, mesmo que em bases mínimas. A ditadura empresarial militar de 1964 foi deflagrada pela classe dominante diante das lutas sociais pelas reformas de base – reforma agrária, política, jurídica e tributária.

O golpe de agosto de 2016 segue as reformas que estavam em pauta (fiscal, educacional, trabalhista, previdenciária etc). Um golpe sobre conquistas importantes, mas não estruturais.

O que evidencia algo mais violento. De fato, como sinalizamos na questão dois, o congelamento por vinte anos no investimento público significa congelamento dos direitos universais. A contrarreforma do ensino médio é, em verdade, uma dupla interdição à cidadania, mesmo nos termos da democracia burguesa. A afronta à cidadania política é negar as ferramentas dos jovens poderem fazer uma leitura autônoma da realidade e a negação da cidadania econômica advém no fato de que ao negar a educação básica se condena a maioria dos jovens ao trabalho simples. O conjunto de reformas hipoteca o futuro dos jovens filhos da classe trabalhadora.

Não nos resta alternativa senão a do combate e embate implacável aos golpistas e seus intelectuais no plano teórico e no plano político. No plano teórico o materialismo histórico e dialético é a ferramenta que nos leva à raiz do que está subjacente à reiteração dos golpes e, também nos indica o horizonte de superação. No plano político, esse mesmo referencial nos conduz a analisar as forças em disputa.

G.: Nesse sentido, qual a contribuição de matrizes filosóficas como o marxismo para compreensão e enfrentamento dos problemas sociais da contemporaneidade?

F.: A concepção filosófica, social, econômica, política, educacional, estética e ética do legado de Marx é tão ou mais fundamental hoje do que no tempo de sua produção. De fato, a contradição entre o exponencial avanço das forças produtivas, sendo a ciência o mais fundamental, choca-se com o crescimento da pobreza e da fome em todo o mundo. Um sistema cada vez mais destrutivo dos direitos elementares do comer, beber, ter um teto, vestir e das bases da vida mediante a destruição da natureza. Assim, como Antônio Cândido nos fala de que o socialismo é doutrina triunfante, a sua base teórica, o marxismo, também o é.

*Aliás, eu acho que o socialismo é uma doutrina totalmente triunfante no mundo. E não é paradoxo. O que é o socialismo? É o irmão gêmeo do capitalismo, nasceram juntos, na revolução industrial. É indescritível o que era a indústria no começo. Os operários ingleses dormiam debaixo da máquina e eram acordados de madrugada com o chicote do contramestre. Isso era a indústria. Aí começou a aparecer o socialismo. Chamo de socialismo todas as tendências que dizem que o homem tem que caminhar para a igualdade, e ele é o criador de riquezas e não pode ser explorado. (CÂNDIDO, Antônio. *Socialismo, uma doutrina triunfante*, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/6819/>).*

Certamente o marxismo continua sendo a matriz filosófica, ontológica, epistemológica e política fundamental para entender o caráter criminoso das relações sociais capitalistas e a que nos oferece o horizonte da luta política não para reformar o capitalismo, mas para superá-lo.

G.: Como o senhor vê as críticas que o marxismo recebeu no âmbito acadêmico nos últimos anos e, mais recentemente, o falseamento da realidade educacional brasileira promovido pela Escola Sem Partido, na qual não se discute os problemas estruturais da sociedade e da educação brasileira mas, de forma leviana e sob orientação fascista, atribui-se os seus problemas a uma possível doutrinação ideológica de esquerda de natureza Freireana, Gramsciana, Marxiana e Marxista? Complementando, quais os interesses omitidos no atual processo de ataques à educação brasileira?

F.: As críticas ao marxismo sempre existiram por parte das correntes epistemológicas liberais e isto pelo fato que o mesmo desvela a falsidade de suas análises ao explicar a desigualdade social. Estas críticas se ampliaram na medida em que o sistema capitalista tem enfrentado crises cada vez mais profundas e insolúveis. As teses do neoliberalismo expressam o agravamento da crise estrutural do capital e, de forma correlata, o aumento das críticas aos marxistas. Isto se ampliou com a crise e o colapso (mas não fracasso) da experiência socialista soviética com as teses do pós-modernismo.

No Brasil, por um lado, pela natureza de uma direita tosca de estigma colonizador e escravocrata e da estreiteza de seus intelectuais, o anti-marxismo sempre foi feroz e foco de todos os golpes e todas as ditaduras. Não foi diferente no atual golpe. As críticas são tanto no plano do moralismo, como ataque político, quanto no campo epistemológico nas ciências sociais em geral e, em particular, no campo educacional.

No campo da educação estas críticas mais agudas começaram já na década de 1990 com a crítica ao que se ensinava nas universidades nos cursos de licenciatura. A acusação centrava-se, sobretudo, às teses de Marx e de Gramsci. Estes ensinamentos se desviavam, de acordo com os críticos, daquilo que devia ser feito: treinar os educados, futuros educadores, às técnicas do bem ensinar.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em particular pela base social que o elegeu, os grupos econômicos através de seus institutos e intelectuais que os operam construíram duas frentes articuladas, ainda que com especificidades. Em 2004 iniciaram o Movimento Escola Sem Partido e em 2005 o Movimento Todos pela Educação. Trata-se de movimentos que disputaram, de forma crescente, a orientação ideológica da escola e, na esteira desta, a gestão, o currículo e os conteúdos a serem ensinados. A contrarreforma do ensino médio é a operacionalização deste duplo movimento no processo de negar ou diluir as disciplinas que podem construir uma visão autônoma do estudante e, ao mesmo tempo, para um projeto de capitalismo dependente, de condenar a maioria dos jovens ao trabalho simples.

O agravante é que o foco da contrarreforma é a função docente. Trata-se de interditar aos professores o direito de análise, de colocar o contraditório, de interpretar, ou seja, trata-se de liquidar a função docente. O que se pretende, na verdade, é que a ideologia do Escola “sem”

Partido, melhor dizendo do partido único, partido da neutralidade do conhecimento e da separação do ensinar e educar, seja imposto aos professores e estudantes. Isto é que o que se quer encobrir. Assim, como na fábrica, haveria um setor (institutos privados ou parcerias destes com as esferas estatais) que programa os conteúdos em manuais e livros autorizados cabendo aos docentes apenas seguir o manual sem direito de se posicionar. Os ideólogos são claros em afirmar que o professor não tem direito de educar e, portanto, de liberdade de expressão. A demonização de Paulo Freire e de Antonio Gramsci decorre do fato de que estes seriam os principais pervertedores da formação docente.

O traço fascista do movimento situa-se no fato de que os professores sequer são vistos como adversários a combater, e sim inimigos a liquidar. Em seu site são apresentados como vampiros ou caveiras. Diferente dos anos da ditadura que o dedo-duro era um profissional pago, agora o partido da mordança, assim que os educadores o definiram com justeza, convida aos pais, aos colegas e aos alunos a dedurar seus mestres. Liquidada-se com isto o que define a relação pedagógica entre professor e aluno. Uma relação de confiança e de diálogo. Diálogo que não é sinônimo de concordância, mas de respeito ao ponto de vista oposto.

O que é espantoso é que este movimento esteja traduzindo as suas teses em projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e que a Assembleia Legislativa de Alagoas tenha aprovado projeto extraído do que tramita no Congresso. Embora haja parecer que o Supremo Tribunal Federal mostre a sua inconstitucionalidade na forma e no conteúdo e o mesmo esteja momentaneamente sustado, ainda não há uma definição cabal. O mais perigoso é que seus efeitos, na prática, estão acontecendo. Reitores sendo ameaçados de processos e professores sendo processados com base nas teses do que postula o Projeto de Lei.

Com o intuito de aprofundar o entendimento mais profundo das teses do Movimento Escola sem Partido, a partir de debates com colegas, organizei uma coletânea na qual este movimento é analisado sob diferentes ângulos. O título da coletânea busca expressar os desafios que temos pela frente como educadores e como cidadãos: Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. (Frigotto, Gaudêncio (org). Rio de Janeiro, Edições/LPP/UERJ, 2017). A primeira edição já está esgotada e a partir de meados de julho estará disponível em PDF.

G.: Para o senhor há alguma relação entre os fundamentos pós-estruturalistas e neoliberais nesse movimento conservador que avança no Brasil e no Mundo? Seria correto afirmarmos que não obstante partirem de fundamentos distintos, politicamente se aproximam? Seria o que podemos chamar de antípodas solidárias?

F.: Os pós-estruturalistas têm como uma de suas teses centrais o fim das classes sociais e o que as constituem historicamente – conjunto de relações sociais que definem não o econômico como fator, mas a estrutura econômico-social como a base para compreender como os seres humanos produzem sua vida. O liberalismo e o neoliberalismo, por sua vez, é a matriz que entende a sociedade capitalista não como uma sociedade de classes com relações de poder assimétricas, mas como um conjunto de indivíduos supostamente em iguais condições de competirem na sociedade. Neste ponto de vista, na relação capital-trabalho, os capitalistas, donos de meios e instrumentos de produção, e os donos de sua força de trabalho entrariam, ambos livres, para comprar e/ou vendê-la. Por isso, certamente, é correto entender que as teses pós-estruturalistas e neoliberais reforçam o mesmo viés político. Na verdade, trata-se de posturas que se potenciam mesmo que os pós-estruturalistas assim não o entendam.

G.: *Nesse sentido, seria interessante questioná-lo sobre os desafios futuros da esquerda na luta política e ideológica dos problemas sociais e educacionais brasileiros diante dos anúncios (Referência à PEC 241/16; Reforma do Ensino Médio, escola sem partido etc.) que governo atual tendem a ampliar.*

F.: Como assinalo na questão cinco, o atual golpe de Estado é mais profundo no plano das relações sociais do que a ditadura empresarial militar. Não que aquele período não tenha sido brutal ao torturar e dizimar vidas e ao sustentar os interesses dos grupos detentores da concentração de capital internos e externos. O atual golpe começou na década de 1990 com as políticas neoliberais de venda do patrimônio público e a mercantilização da saúde, educação e cultura. Naquele período os sindicatos e movimentos sociais e culturais de esquerda ofereceram uma resistência robusta. A base social desta resistência é que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva presidente. Com menos base social e mais pelos marqueteiros, se reelegeu e elegeu duas vezes Dilma Rousseff. Em grande parte, pelos erros, mas também pelos acertos de inclusão de grandes massas aos direitos básicos do comer, vestir, beber e ter um teto, as mesmas forças que governaram a década de 1990 arquitetaram o golpe.

Um golpe com aparência legal sob o casuísmo jurídico, mas que esconde profunda letalidade. Diante da matança brutal de jovens pobres, a maioria negros, que perfila estatísticas maiores que guerras convencionais, os golpistas prometem mais cadeias, mais forças nacionais especiais e, concomitantemente, medidas econômicas que matam e aumentam a violência.

Diante deste quadro, os desafios da esquerda são profundos no plano imediato e mediato. No plano imediato a busca de derrotar o golpe defendendo as eleições diretas imediatas como único caminho para restabelecer o estado de direito e o processo democrático

interrompido. Somente desta forma pode-se revogar as reformas que hipotecam o presente e o futuro da classe trabalhadora no que é elementar para a vida.

Aqui reside um ponto crucial, no meu entendimento, do campo da esquerda. Trata-se de, em eu pluralismo, ser capaz, como a direita o faz, de buscar os interesses da classe trabalhadora.

A resposta dada pelo filósofo Leandro Konder (*in memoriam*) ao ser perguntado como definia a direita brasileira nos traz uma interpelação fundamental para o momento que vivemos hoje no Brasil sob mais um golpe da direita e com crescimento da extrema direita.

*O pluralismo da direita pressupõe uma **unidade substancial, profunda, inabalável**: (grifos meus) todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, cientificismo ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: impedir que as massas populares se organizem, reivindicuem, façam política e criem uma verdadeira democracia. (Leandro Konder. A unidade da direita. Jornal da República, 20/9/1979, São Paulo, p. 4).*

A questão que nos interpela é: em seu pluralismo, qual é unidade substancial, profunda e inabalável do campo da esquerda para enfrentar os golpistas e retomar o estado de direito?

No plano de longo prazo trata-se de recuperar e ampliar a base social perdida para eleger e sustentar um governo capaz de levar a diante as reformas estruturais historicamente postergadas. A tarefa primeira será uma auditoria rigorosa da dívida pública. Dívida que sustenta a especulação criminosa do capital financeiro e que, no caso brasileiro, consome 50% do fundo público anual para amortização e juros de uma dívida, que assim mesmo, só cresce. O golpe tem seu foco na manutenção desta lógica.

Os encaminhamentos que a Frente Brasil Popular está dando à luta política, ao meu juízo, é o que pode dar unidade, no pluralismo, à esquerda para estas inadiáveis tarefas. A crise do Brasil, como mostram várias análises, não é financeira, mas sim é a crise do capital que para não perder seus lucros assalta o fundo público.

G.: *Por fim, provavelmente deixamos de fazer alguma questão que o senhor gostaria ou esperava que fizéssemos, assim, deixamos aberto a possibilidade do senhor falar algo que durante a entrevista não foi possível comentar.*

F.: Gostaria de realçar alguns aspectos para mostrar a gravidade do que assinalai na questão sete em relação à educação, sugerindo a leitura de três pequenos textos que menciono no capítulo que abre a coletânea sobre a esfinge que representa o Movimento Escola sem Partido e que o entendo, em sentido gramsciano, como um organismo ou num partido ideológico.

Duas crônicas de Luis Fernando Veríssimo, que podem ser acessadas na internet, nos dão indicativos sobre os traços novos de ódio e de considerar adversários como inimigos a serem liquidados.

A primeira, *O alarme*, Luis Fernando Veríssimo retira dos sinais dados pelas passeatas de 2014. Nela o autor alerta sobre os sinais que rondam sobre nossas cabeças como o monólito

observado pelos astronautas no filme de Stanley Kubrick 2001: Uma Odisséia no Espaço.

Veríssimo se pergunta:

Haveria um momento na vida das pessoas ou das sociedades em que funcionaria um alarme parecido com o que alertou o Universo para a chegada dos temíveis humanos, no filme. Pode-se especular sobre qual seria esse momento para um judeu na Alemanha, nas primeiras manifestações do nazismo, por exemplo. Seria a pregação racista do partido mesmo antes de assumir o poder? Seria o que já se sabia do pensamento de Hitler e outros teóricos do fascismo? Qual o exato instante em que este hipotético judeu se convenceu que era preciso fugir do holocausto que se aproximava? Para muitos, o aviso nunca veio, ou veio tarde. Muitos não acreditaram que o nazismo chegaria ao poder e depois aos seus excessos. E pagaram por não reconhecer o momento.

(<http://oglobo.globo.com/opiniaio/odio-16546533#ixzz3eAZnOCwa>).

Veríssimo, a seguir, nos estipela se estamos nos dando conta dos sinais em nossa sociedade.

Em 2015, com o título Ódio, analisa as manifestações raivosas diante o único espaço que a mídia empresarial deu à presidente Dilma Rousseff numa entrevista com João Soares.

O antipetismo começou com o PT, o ódio ao PT nasceu antes do PT. Está no DNA da classe dominante brasileira, que historicamente derruba, pelas armas se for preciso, toda ameaça ao seu domínio, seja qual for sua sigla.

É inútil tentar debater com o ódio exemplificado pela reação à entrevista do João e argumentar que, em alguns aspectos, o PT justificou-se no poder. Distribuiu renda, tirou gente da miséria e diminuiu um pouco a desigualdade social — feito que, pelo menos pra mim, entra como crédito na contabilidade moral de qualquer governo. O argumento seria inútil porque são justamente estas conquistas que revoltam o conservadorismo raivoso, para o qual “justiça social” virou uma senha do inimigo. (grifos meus) (<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-alarme-imp-,1132327>).

Finalmente, um texto de Antônio Cândido – O caráter da repressão – escrito em 1972 no qual analisa, com base na literatura, a origem da polícia. Aí reside, no meu entendimento, a natureza mais aguda do atual golpe que alia ao Estado de Exceção, o caráter policial. Antônio Cândido mostra que a polícia, em sua origem, se constitui num poder ambíguo a serviço da burguesia e que o papel do inquirido tem a função, amiúde, de extrair do criminalizado a verdade que interessa ao poder, mesmo se para isso for preciso aniquilá-lo moral e fisicamente.

De fato, a polícia tem necessidade de construir a verdade do outro para poder manipular o eu do seu paciente. A sua força consiste em opor o outro ao eu, até que este seja absorvido por aquele e, deste modo, esteja pronto para o que se espera dele: colaboração, submissão, omissão, silêncio. A polícia esculpe o outro por meio do interrogatório, o vasculhamento do passado, a exposição da fraqueza, a violência física e moral. No fim, se for preciso, poderá inclusive empregar a seu serviço este outro, que é um novo eu, manipulado pela dosagem de um ingrediente da mais alta eficácia: o medo — em todos os seus graus e modalidades. (Disponível em: outraspalavras.net/Brasil/).

No caso do Movimento escola sem Partido, conclamando que pais, alunos e colegas denunciem os professores quando se tratarem em suas aulas temas, entre outros, de gênero, diversidade, sexualidade, etc. busca anular-nos pelo medo. Por isso, a citação de Antônio Cândido do diário de Alfred de Vigny sobre o medo deve soar como uma interpelação para

que, pela organização e solidariedade coletivas, não sucumbamos ao medo. Pelo contrário, trata-se de lutar e resistir na busca de recriar as condições políticas para renascer das cinzas.

“Não tenha medo da pobreza, nem do exílio, nem da prisão, nem da morte. Mas tenha medo do medo”.

¹ Gaudêncio Frigotto, professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor Titular aposentado da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador 1A - Sênior do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq). Coordenador do Grupo - Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE) do CNPq. Intelectual de extensa produção bibliográfica e formação de pesquisadores, reconhecido e premiado nacionalmente e internacionalmente pela sua contribuição “nos pequenos e grandes embates” da vida política e social brasileira e latino-americana, como intitulado no Livro organizado por Maria Ciavatta e publicado pela Editora Autêntica em 2012 - Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates.

²

Recebido em: 16/08/2017

Aceito em: 16/08/2017.